



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6900 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

O DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO FORMATIVO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB

Aldinete Silvino de Lima - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Idalina Souza Mascarenhas Borghi - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Maricleide Pereira de Lima Mendes - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

O DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO FORMATIVO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB

1 INTRODUÇÃO

As primeiras experiências com a formação de professores[1] do campo surgiram com o Pronera, instituído em 1998 pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária, criado com o objetivo de promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, estimulando o desenvolvimento de projetos educacionais específicos dos camponeses.

O êxito dos cursos do Pronera, a exemplo do curso de Agronomia, com ênfase na perspectiva agroecológica e do curso de Pedagogia da Terra, motivaram a luta dos camponeses e seus coletivos para a implantação das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC). Em 2007, o Ministério da Educação implantou um projeto piloto em quatro universidades federais com a oferta das primeiras turmas das LEdoC e, nos anos seguintes, lançou editais com chamadas públicas para universidades e institutos implantarem esses cursos na perspectiva da Pedagogia da Alternância, que contém dois tempos formativos: tempo universidade e tempo comunidade.

Este texto é um recorte de uma pesquisa desenvolvida no primeiro semestre de 2020, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Diversidade (GEPED) que objetivou refletir sobre o tempo comunidade como percurso formativo de licenciandos da Educação do Campo do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Como desdobramento

da pesquisa foi produzido um capítulo de livro que será publicado posteriormente sobre as experiências da LEdoC da UFRB.

Neste estudo buscamos respostas ao questionamento: *Como o diálogo entre estudantes, formadores e líder do movimento sindical se constitui nas atividades do tempo comunidade desenvolvidas no município de Iraquara-BA?* Partimos do pressuposto de que o diálogo na LEdoC se constitui enquanto princípio formativo, visto que é fundamental para constituir a tríade: campo, educação e políticas públicas. (CALDART, 2009).

Optamos pela pesquisa qualitativa, sustentada na pesquisa interpretativa, que permite ao pesquisador identificar temas e categorias analíticas, fazer interpretações e tirar conclusões, considerando suas descobertas teóricas e suas percepções acerca de um momento sociopolítico e histórico específico (CRESWELL, 2014). Como instrumento de produção de dados, utilizamos um questionário *online* com questões abertas. Participaram do estudo uma líder do movimento sindical e nove estudantes do terceiro ao oitavo semestre da LEdoC de diferentes comunidades do município de Iraquara, território da Capada Diamantina/BA.

Para a análise dos dados seguimos o rigor científico e as questões éticas da pesquisa. As respostas dos participantes foram analisadas com base em duas categorias: *diálogo entre formadores e estudantes; diálogo entre formadores e líder do movimento sindical*.

Para tanto, trazemos inicialmente uma breve discussão sobre o diálogo na Educação Popular e na Licenciatura em Educação do Campo, na perspectiva da Pedagogia da Alternância. Após, apresentamos os resultados da pesquisa e as nossas conclusões.

2 O DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO POPULAR

O diálogo na Educação Popular e na Educação do Campo encontra convergência nos objetivos que movem as suas propostas educativas e na inspiração dos estudos de Paulo Freire, que traz como um dos seus fundamentos principais a construção de um projeto de educação que valoriza a realidade de vida das pessoas e, por meio de ações coletivas, se consolida como experiência educativa emancipadora. Isso não pode acontecer sem uma relação dialógica que, de acordo com Freire (2005, p. 91), se dá em uma profunda convicção da possibilidade dos homens de “fazer e refazer, criar e recriar” a história e as condições de produção de existência.

Uma proposta educacional implicada com a realidade dos sujeitos envolvidos, no respeito à diversidade cultural e aos saberes populares, não pode ser concebida no silêncio. Freire (2005, p. 90) defende o diálogo como uma prática de libertação. Para o autor, a existência é humana e, por isso, não pode ser muda, silenciosa, nem se nutrir de falsas palavras, pois, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas no trabalho, na ação-reflexão”.

O diálogo na perspectiva freireana “é uma exigência existencial e, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir dos seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado, não pode se reduzir ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro [...]” (FREIRE, 2005, p. 91). O diálogo para o autor é também possibilidade de escuta e de crescimento, porque, ao partilhar com o outro ideias e escutas, temos a oportunidade de repensar as nossas ações e (re)afirmar a confiança no nosso protagonismo e na responsabilidade de “ser mais”, exercitando a humildade, atitude indispensável para um agir coerente e comprometido com o respeito ao espaço do outro.

Neste sentido, o diálogo na Educação Popular é uma dimensão inerente, uma vez que ela se situa como luta política e social para fazer cumprir direitos essenciais que, ao longo da

história, foram negados aos sujeitos das classes populares do campo e da cidade. A Educação popular se propõe a defesa de uma educação que, como defendia Gramsci (1978), parte da ótica das pessoas das classes populares, constituindo-se como fenômeno educativo em vista da construção de uma nova cultura e de uma nova concepção de mundo.

Isto significa que a Educação popular deve ser gestada na e com a história dos grupos em situação de exclusão social, que, como defende Paiva (1986), precisam se apropriar de instrumentos para pensar criticamente a realidade e fortalecer a luta por direito a uma educação de qualidade socialmente referenciada.

A Educação Popular defendida por Paiva (1986) aponta para o desafio de um processo educativo que efetivamente permita ao dominado reagir às ideologias opressoras, que historicamente alijou as classes subalternas. Essa possibilidade dos homens e mulheres das classes populares sentirem-se construtores do seu projeto de libertação é também defendida por Freire (2005), ao afirmar que a Educação não pode ser um ato de transmissão de conhecimento e de fortalecimento das relações de poder instituídas pelo sistema capitalista, ao contrário, precisa se constituir como uma ação capaz de propiciar emancipação.

Essa é uma luta coletiva que, para Freire (2005, p. 92), precisa ser impulsionada por um diálogo que se fundamenta no amor. Amor que é um ato de coragem e nunca de medo, é compromisso e criticidade, e não pode ser confundido com pretexto para manipulação. Para ele, “Onde quer que estejam os oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. Mas esse compromisso, porque é amoroso é dialógico.” Portanto, a defesa de uma educação que assume o diálogo como Princípio formativo, se fundamenta na convicção da dignidade inalienável de cada ser humano que, enquanto ser racional, partilha saberes e busca “saber mais” no intuito de construir um mundo com mais justiça social.

3 O DIÁLOGO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo objetivam formar Educadores camponeses nas diferentes áreas do conhecimento em dois domínios: exercer a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo e atuar na gestão de processos educativos escolares e não escolares.

Segundo Caldart (2019), a formação por área de conhecimento visa contribuir com a oferta da Educação Básica no campo que respeite e valorize os camponeses e atenda a perspectiva de transformação da forma escolar excludente e capitalista, ainda vigente na sociedade. Nesse sentido, a LEdoC se propõe a formar o licenciando com um perfil que domine os aspectos da docência em diferentes áreas do conhecimento.

Para Molina e Martins (2019), a LEdoC deve buscar materializar a relação entre as práticas educativas desenvolvidas na escola e as práticas educativas desenvolvidas nas comunidades pelos camponeses e seus coletivos, enquanto estratégia formativa que subjaz à dimensão política da Educação do Campo.

A matriz formativa da LEdoC diferencia-se de outras matrizes curriculares, visto que as dimensões política, humana, educativa, ambiental, econômica e cultural inerentes ao campesinato não são estudadas de modo tangencial ou implícito, elas perpassam todo o processo formativo que traz em sua gênese a Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância, conforme acentua Gimonet (2007), promove à relação de saberes que envolve espaços e tempos formativos, teoria e prática e a epistemologia da práxis: ação-reflexão-ação. A peculiaridade da Pedagogia da Alternância vai além de alternar espaços geográficos e tempos formativos, uma vez que, ela propicia o diálogo entre os

estudantes, formadores, professores da educação básica, movimentos sociais e diversas instituições da sociedade.

Nesse caso, o formador das diferentes áreas do conhecimento pode propor estudos, envolvendo os camponeses e lideranças dos movimentos sociais e sindicais do campo para conhecer suas práticas. É importante que o diálogo aconteça nos dois tempos formativos e a prática contribua para novas descobertas dos estudantes durante o seu percurso formativo, a exemplo do diálogo nas atividades do TC que apresentamos nos resultados a seguir.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme anunciamos, os dados foram organizados em duas categorias: *diálogo entre formadores e licenciandos*; *diálogo entre formadores e líder do movimento sindical*. Para manter o anonimato e a ética da pesquisa, os estudantes foram identificados com os nomes de líderes dos movimentos sociais assassinados no Brasil, em defesa da Reforma Agrária e outros direitos, conforme consta na agenda 2020 do MST. A escolha por estes nomes é uma maneira de homenageá-los e demarcar a importância desses militantes na luta pelos direitos dos povos do campo.

Diálogo entre formadores e licenciandos

Ao serem interrogados sobre como acontece o diálogo entre formadores e licenciandos nas atividades do tempo comunidade, os entrevistados apontaram que existe uma relação de confiança e compromisso, o que pode ser evidenciada nas respostas de *Edvania* e *Beth*.

Para *Edvania* o diálogo entre formadores e licenciandos “[...] é importante, pois acaba por criar uma relação mais próxima entre professores e estudantes e até mesmo um melhor desenvolvimento.” Por sua vez, *Beth* afirma que, “o diálogo pode contribuir no desenvolvimento das atividades, criar laços a mais entre a tríade que compõem principalmente o curso da Educação do Campo: discentes, comunidade e universidade”.

Essa ideia coaduna com o pensamento de Freire (2005) sobre o sentido dialógico da relação educador-educando, o valor e o significado da partilha e da solidariedade. De fato, essa relação é fundamental no processo de libertação dos sujeitos, sendo o diálogo uma exigência de uma educação emancipatória.

Para além dessa relação, os licenciandos entendem que o diálogo é como um dispositivo para estimular a aprendizagem. Essa aprendizagem acontece por meio da imersão na cultura e no cotidiano da comunidade, desvelando saberes e fazeres, ainda pouco conhecidos pelos licenciandos e formadores. Como sinaliza *Marta*, trata-se de “algo relevante para a aprendizagem bem comum para nossa formação, sem contar que essa troca de conhecimento reflete não só em nós enquanto estudantes, mas também em nossa comunidade que é nosso lugar e espaço de atuação”. Na mesma perspectiva *Elzita* e *Moacyr* expressam suas percepções acerca do diálogo na relação com os formadores, apontando-o como dimensão fundante na mediação de aprendizagens construídas, por dentro dos saberes dos camponeses. Para eles, o diálogo,

[...] possibilita grandes rendimentos no aprendizado, ocasionando um melhor desenvolvimento nas atividades, capaz de afetar não apenas os licenciandos, mas toda a comunidade camponesa, envolvida nas atividades práticas de ensino e aprendizado, enriquecendo assim o saber científico e popular. (ELZITA)

[...] nos ajuda organizar nessa construção de consolidação do

conhecimento, não sei se é a palavra, mas são esses professores que nos ajudam a entender o que é esse conhecimento na nossa base e como que a gente constrói ele nos parâmetros da universidade, sem perder a essência do que saiu da comunidade. (MOACYR)

Freire (2005) nos alerta para o desafio de vivermos o diálogo na sua plenitude, um diálogo que pressupõe partilha e escuta de ideias e, sem dúvidas, não permite a desvalorização e o silenciamento dos saberes do outro. É nessa dinâmica que vai sendo construída a prática da liberdade, o que segundo Freire (2005) é um fator importante para a conscientização crítica dos educandos. Dessa forma, o processo pedagógico, quando inserido na realidade, valoriza a autonomia dos estudantes e favorece o diálogo, a horizontalidade da relação, promovendo a construção de conhecimentos e estabelecendo um verdadeiro sentido de troca.

É possível perceber nas falas dos licenciandos a importância do diálogo com os formadores, pois esse diálogo ensina, estimula, desperta curiosidades, instiga e provoca trocas de saberes. Como pontua *Carlos Eugênio*, o diálogo é “[...] de suma importância para o desenvolvimento das atividades, estabelecendo trocas de conhecimentos“. Para *Alberta* “o diálogo estabelece uma boa relação entre os estudantes e professores e promove um interesse real em buscar juntos, a resolução de problemas e permanecer unidos”. Na mesma direção, *Júlio e Paulo Henrique* sinalizam que o diálogo entre os estudantes e professores formadores “auxilia uma boa troca de informações”.

O diálogo é inerente à condição humana. Comunicar-se é uma característica primária dos seres, essencial à sobrevivência. Contudo, Freire (2005) esclarece que nem toda conversa é um diálogo. Isto porque o diálogo exige respeito ao outro. É por meio da dialogicidade que ocorre a conscientização dos sujeitos.

Freire (2005) acentua que o diálogo é uma ferramenta imprescindível na sociedade e que atrelado à esperança se pauta em uma eterna busca por direitos humanos e sociais, fazendo-se necessário lutar contra as injustiças sociais, econômicas, ambientais, educativas, entre outras.

Diálogo entre formadores e líder do movimento sindical

Consideramos que o diálogo se estabelece quando o falar e o ouvir estão presentes. A relação não pode ser de sobreposição e não pode existir hierarquias. A responsabilidade, a confiança, o respeito e o crescimento são estabelecidos por meio do diálogo entre as pessoas. Percepção presente no relato da líder do movimento sindical, *Sirlene*:

A presença de vocês nas nossas comunidades, na vida do sindicato, isso é gostoso demais, é favorável. Então assim, a vinda da universidade, dos professores nas nossas comunidades, além de ser um prazer para nós agricultores e agricultoras que vivemos no campo isolado do mundo universitário, além dessa satisfação de ter vocês para nossos alunos, é um avanço em conhecimento [...] (SIRLENE)

Sirlene afirma também que o diálogo com professores formadores nas comunidades é uma oportunidade de aprendizagem dos estudantes, de interação com as famílias e com o movimento sindical, respeitando os diferentes saberes.

Eu posso ter o meu conhecimento com a terra, com a lavoura, mas vocês já têm o conhecimento de pesquisa, de estudo. Então, essa mistura de conhecimento que vocês trazem, o conhecimento de vocês juntando com o nosso, vivenciado aqui na roça, isso cresce muito no desenvolvimento dos

nossos alunos. (SIRLENE)

Sirlene além de evidenciar a importância do diálogo entre universidade e comunidade, por meio do acompanhamento dos professores formadores durante o tempo comunidade da LEdoC, evidencia os princípios da Educação do Campo quando se trata do respeito aos diferentes saberes e da diversidade de campo. A presença de formadores nas comunidades camponesas significa abrir possibilidades de aprendizagem mútua.

O diálogo para Freire (2005) é também possibilidade de escuta e de crescimento. Para o autor, ao partilhar com o outro ideias e escutas, tem-se a oportunidade de repensar as nossas ações e (re)afirmar o comprometimento ao espaço do outro.

Assim, o depoimento da líder nos permitiu refletir sobre a importância da relação dialógica nos processos de formação dos licenciandos. Existe uma convergência para a compreensão do diálogo como um dispositivo de mediação dos saberes acadêmico, associados aos saberes da cultura e ancestralidades dos camponeses, convocando a universidade a repensar a hierarquização dos saberes historicamente definidos, enquanto aponta para o diálogo como um princípio formativo, que não pode ser negligenciado, nas relações de produção de conhecimento da LEdoC.

5 CONCLUSÃO

Trazemos neste texto uma reflexão de como o diálogo se constitui entre formadores, licenciandos e líder do movimento sindical do município de Iraquara-BA, durante o acompanhamento das atividades do tempo comunidade da LEdoC/UFRB. Os resultados deste estudo apontam elementos importantes que nos permitem compreender o diálogo como princípio formativo na experiência investigada.

No que diz respeito ao diálogo entre formadores e licenciandos é possível interpretar que existe uma relação dialógica capaz de promover a confiança mútua, o compromisso com o percurso formativo, o respeito e a valorização do protagonismo dos estudantes.

Quanto ao diálogo entre formadores e líder do movimento sindical, entendemos que a presença dos formadores nas comunidades dos estudantes envolve o respeito aos diferentes saberes, favorece a aprendizagem dos licenciandos e busca aproximar a universidade dos movimentos sociais e sindicais que atuam no município.

Cabe destacar que a emancipação dos camponeses é a finalidade central da Educação do Campo que, por sua vez, é inerente à LEdoC. Assim, o diálogo nesses cursos não se esgota na relação entre formadores e licenciandos. Ele se caracteriza pelo encontro entre instituições e pessoas capazes de refletirem sobre suas realidades, de analisá-las e de transformá-las.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-74, mar./jun. 2009. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2019.

_____. Concepção de educação do campo: um guia de estudo. In: MOLINA, M.; MARTINS, M. (Org). **Formação de professores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 55-78 (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9). Vários autores.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIMONET, J. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção Aidefa – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2.ed, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

MOLINA, M.; MARTINS, M. Reflexões sobre o processo de realização e os resultados dos seminários nacionais de formação continuada de professores das licenciaturas em educação do campo no Brasil. In: MOLINA, M.; MARTINS, M. (Org). **Formação de professores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 17-38. (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9).

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 1986.

[1] Reconhecemos a relevância da identificação de gênero e das pesquisas científicas desenvolvidas nesse domínio. Cabe esclarecer, assim, que quando grafamos os termos “professores”, “licenciandos”, “camponeses”, “educadores” e “educandos”, estamos nos referindo a todos os gêneros.